



GT11 - Política da Educação Superior – Pôster 480

O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Carmen Monteiro Fernandes – UNINOVE/IFSP

Bolsista CAPES

Resumo

O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise dos efeitos das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente na educação superior, e, especificadamente, a forma como se deu a diversificação desse nível de ensino, destacando-se o papel dos Institutos Federais. Sua fundamentação está ancorada, em especial, nas ideias de Stephen Ball, complementadas pelos pressupostos da Teoria Crítica. Seu caminho foi construído a partir de um problema central que diz respeito ao papel dos Institutos Federais no ensino superior brasileiro e, mais particularmente, na sua diversificação. Esse problema levou à formulação de uma hipótese inicial, que está sendo testada por meio da análise documental, bibliográfica e do conteúdo de entrevistas, de que não obstante os Institutos Federais tenham sido propostos dentro de uma agenda que buscava a diversificação da oferta do ensino superior no Brasil, eles se desenvolvem conformados pelo padrão da universidade tradicional.

Palavras-chave: Políticas do Ensino Superior. Diversificação do ensino superior. Formação profissional.

O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa em andamento, em um percurso de doutorado, cujo objetivo geral se situa no campo das políticas educacionais e que tem como objetivo específico a análise do papel dos Institutos Federais na diversificação do ensino superior no Brasil. Como referencial teórico, ela se apoia na *Policy Cycle Approach* complementada pelo referencial da Teoria Crítica, destacando-se, em especial as ideias de (Ball, 2006), (Mainardes, 2004), Marcuse (1973; 2009), Adorno (1995; 2004) e Horkheimer (1985).

O Ensino Superior e o Processo de Diversificação

Segundo dados do Censo do Ensino Superior, em 2015, o Brasil possuía 2.364 IEs, sendo 87,5%, vinculadas à rede privada. Os centros universitários e faculdades superam 90% das instituições privadas. Entre as pouco mais de 10% das IES públicas há predominância das estaduais, 40,7%, a minoria são municipais, 23,0%, e as federais são 36,3%. A maioria das

universidades, 54,9%, é pública. Entre as IEs federais as universidades são mais de 60% das instituições, sendo 37,4% IFs e Cefets.

Tabela 1. Número de instituições de educação superior e número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica – Brasil - 2015.

| Organização Acadêmica | Instituições | | Matrículas de Graduação | |
|-------------------------------|--------------|--------------|-------------------------|--------------|
| | Total | % | Total | % |
| Total | 2.364 | 100,0 | 8.027.297 | 100,0 |
| Universidades | 195 | 8,2 | 4.273.155 | 53,2 |
| Centros Universitários | 149 | 6,3 | 1.357.802 | 16,9 |
| Faculdades | 1.980 | 83,8 | 2.251.464 | 28,0 |
| IFs e Cefets | 40 | 1,7 | 144.876 | 1,8 |

Fonte: MEC-INEP – Censo da Educação Superior 2015, p.3.

No período de dez anos, compreendido entre 2005-2015, houve aumento superior a 75% de alunos matriculados no ensino superior, sendo de 2,5 o crescimento 2014-2015, com queda de 0,5% na rede pública. Nos cursos de graduação oferecidos pela rede privada, o ano de 2015 apresentou percentual superior a 75% de participação. Para cada quase três alunos frequentando uma instituição privada há um na rede pública.

A Rede Federal apresentou crescimento de 104% no número de matrículas, no período 2005-2015 e, embora nesse mesmo período tenha ocorrido uma pequena queda no total de alunos na rede pública de ensino, ela seguiu crescendo, na ordem de quase 3%, e se mantém como a rede que mais cresceu na última década, respondendo por mais de 60% das matrículas do segmento público. Essa Rede, composta pelas Universidades Federais, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, CEFETs, Institutos Federais e Colégio Pedro II, concentra 99,8% das matrículas nas Universidades e Institutos Federais.

Embora correspondam a 12,6% do total de matrículas, os cursos de tecnologia tiveram crescimento significativo no período de 2005-2014 com aumento de quase 200%, ficando a frente de qualquer outro grau.

Os estudos realizados até o momento, no que diz respeito ao tema da diversificação do ensino superior, mostra que se trata de um tema que compreende diferentes aspectos. O papel do ensino superior é visto, via de regra, como indutor de transformação, quer seja pela via economicista, que defende essa formação como condição para que o sistema produtivo não só tenha maior produtividade, mas consiga se instalar e/ou se manter em funcionamento, quer pela visão crítica, que atribui à formação superior uma possibilidade emancipatória, revolucionária.

O ensino superior, inserido dentro do contexto neoliberal, entendido como aquele que tem como marca orientações de ordem política e econômica preponderantemente mercantis e produtivistas, está conformado por essas determinações, definidas tanto no macro contexto, supranacional, quanto por suas interpretações em nível local, ainda que, às vezes, localmente, elas sejam tanto travestidas como contra hegemônicas, nos discursos das políticas, quanto subvertidas nas práticas cotidianas das instituições e/ou dos profissionais que nelas atuam.

Essa posição de subalternidade do ensino superior em relação ao pensamento economicista suplanta as instituições, sendo irradiado pela condição de dependência dos próprios países em relação aos ditames supranacionais, nos quais a busca de maior competitividade é sempre a mola propulsora do desempenho.

Se, em nível local, nacional, o padrão da privatização é a maior oferta de ensino pela rede privada, com apoio do Estado, ela toma dimensões econômicas muito maiores com a atuação de grupos estrangeiros. E, nos parece, associada à lei de livre mercado, se aplica a lei da livre formação, posto que as instituições gerenciadas pelo capital atuem, majoritariamente, no ensino, deixando em segundo plano ou no escopo limítrofe das determinações legais, as atividades de pesquisa e extensão.

No que se refere, mas especificamente ao fenômeno da diversificação, há certo consenso de que se trata de um grande desafio para os países em que o modelo de ensino superior tem tradição universitária. Nesse sentido, em especial, a Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) indica, como mostra Neves (2003), a superação do termo ensino superior e a adoção de Educação Terciária, o que cobre um espectro mais amplo de instituições e cursos, podendo ser vinculados à iniciativa privada ou aos governos.

No caso brasileiro, a diversificação se dá pelo modelo de diferenciação no formato de cursos e instituições. Em nível federal, os modelos institucionais se diferenciaram historicamente, da proposta de centros de engenharia de operação dos anos sessenta, passaram pelos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, nos anos de setenta do século XX e até a primeira década do século XXI, e chegaram à Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR, no ano de 2005, e aos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia – IFETs, em 2008.

O modelo alternativo de cursos superiores está centrado nos cursos de tecnologia, hoje inseridos na complexidade dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Situados dentro das políticas dos últimos governos, especialmente nos períodos FHC e Lula da Silva, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são apontados como

vinculados a uma orientação que, embora de caráter economicista, rompeu com a retirada do Estado como mantenedor da expansão da educação superior pela via da ampliação da oferta pública, condição à qual o governo FHC se mostrou completamente refratário.

Mas, embora sejam exaltados no discurso político como um modelo alternativo, singular, tributário de uma opção nacional. Eles são indicados tanto como uma solução de contentamento às exigências de transformação dos CEFETs em universidades tecnológicas, solução que se deu de forma aligeirada e sem respaldo social, quanto como uma resposta política às universidades federais que não responderam às exigências de diversificação propostas pelo governo.

Com objetivos e estruturas complexos, essas instituições não têm competência gerencial que responda por essa complexidade, mantendo-se, salvo exceções, nas características institucionais relativas às unidades que se fundiram nessa nova institucionalidade. Essa situação, somada a outras condições, impede a consecução da macro finalidade institucional, ficando mais restrita a ações de ensino, mesmo assim muitas vezes marcadas por problemas de evasão, currículos dissociados das exigências mercantis ou que não respondem ao modelo de educação emancipatória propugnado das orientações políticas.

Embora a possibilidade de interferência no desenvolvimento regional seja amplamente destacada nos documentos que retratam o papel dos IFEs e existam algumas amostras de um movimento incipiente nessa direção, essa ação ainda não se solidificou. Em geral, os trabalhos que tratam dessa temática mostram que esse objetivo ainda está restrito ao aumento da oferta de educação técnica e superior em áreas antes desassistidas pelo governo federal.

Um ponto que se destaca nos estudos realizados no percurso dessa pesquisa diz respeito à dificuldade dos IFEs se manterem vinculados à Educação Profissional de Nível Médio. Embora orientados politicamente por uma proposta de verticalização, as instituições vivem a realidade de embate entre a educação básica, representada em geral pelos cursos técnicos de nível médio, e o ensino superior, sendo esse último também marcado por processos de conflito entre os diplomas ofertados. Nessa realidade conflituosa a pesquisa aponta, até o momento, uma tendência dos IFEs em trilharem o caminho da universidade tradicional, mostrando assim a necessidade de revisão da política no que se refere aos contextos da prática, dos resultados e da estratégia política.

Para finalizar, destacamos nossa determinação em manter um olhar dialético sobre esse fenômeno, para, no sentido indicado por Roggero (2010), poder dizer o que avança e o que se mantém regredido na realidade da política de diversificação do ensino superior brasileira,

colocada em ação por meio da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Teoria de la seudocultura**. In: ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund Escritos Sociológicos I, Obra Completa 8, Madrid, Akal Ediciones, 2004, p.86-113

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALL, Stephen Joseph. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar**. Educ. Soc. [online]. 2004, vol.25, n.89, pp.1105-1126. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004_000400002&script=sciabstract&tlng=pt. Último acesso em 20 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo do Ensino Superior 2015: Notas Estatísticas**. Disponível em http://www.abmes.org.br/arquivos/documentos/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf. Último acesso em 15 de janeiro de 2017.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise das políticas educacionais**. Educ. e Soc., Campinas, vol. 27, n.94, p.47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Último acesso em 02 de fevereiro de 2017.

MARCUSE, H. **A responsabilidade da Ciência**; Scientiæ Zudia, São Paulo, 2009, v. 7, n. 1, p. 159-164

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Diversificação do Sistema de Educação Terciária: um desafio para o Brasil**. Tempo soc. vol.15 n.1 São Paulo, 2003, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100_002, Último acesso em 15 de agosto de 2015.

ROGGERO, Rosemary. **A vida simulada no capitalismo: formação e trabalho na arquitetura**. São Paulo, Letra e Voz, 2010